CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Lei N° 3.054/97

REUNIÃO ORDINÁRIA – 13/02/2026

Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na Casa dos Conselhos, sito à Rua dos Metalúrgicos, nº 77 - Centro, reuniram-se os membros: a Sra. Isabel Cristina Silva Bitencourt; as Sras. Paula dos Reis Inácio de Souza e Patrícia Pimentel Lopes Coutinho Novaes - Representantes da Entidades Civis Organizadas (Associação dos Produtos Agrícolas de Cruzeiro) e a Sra. Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa – Secretaria Administrativa dos Conselhos da Educação. A Presidente do CAE deu início à reunião dando as boas-vindas a todos os presentes. Em seguida, concedeu a palavra à Sra. Paula, que informou que o município de Cruzeiro não realiza o recolhimento do FUNRURAL (Fundo de Assistência do Trabalhador Rural) é uma contribuição previdenciária obrigatória que incide sobre a comercialização da produção rural, funcionando como INSS do produtor rural. Quando a Prefeitura realiza compras diretamente do produtor rural pessoa física pelo PNAE, cabe ao município efetuar este recolhimento. A Sra. Paula informou que o município de Cruzeiro não realiza o recolhimento do FUNRURAL para os agricultores familiares participantes do PNAE. Ressaltou ainda que, viu a informação no Informe da Agricultura Familiar nº 2 – Retenção do Funrural na comercialização de produtos da agricultura familiar para o PNAE. Informou que trará documentos para esclarecimentos do CAE. A situação foi apontada como pendente de resolução. Na sequência, a Sra. Paula comunicou que as entregas dos produtos dos agricultores nas escolas já estão sendo realizadas e que fará um levantamento sobre a prestação de contas, afim de apurar os motivos pelos quais o CAE não tem tido acesso a essas informações. Posteriormente, a Presidente retomou a palavra e informou que as assistentes pedagógicas foram distribuídas entre as escolas do município, relatando que atualmente está responsável por quatro unidades escolares e que já iniciou o trabalho de observação, especialmente no que se refere à organização e funcionamento das cozinhas e para a próxima reunião já serão agendadas visitas nas escolas. Nada mais a declarar, eu, Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa, Secretária Administrativa dos Conselhos da Educação lavrei a presente Ata que uma vez lida será assinada por mim e pela Isabel Cistina Bitencourt, Presidente do CAE.

Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa
Secretária Adm. dos Conselhos da Educação

Isabel Cristina Bitencourt
Presidente do CAE

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Lei N° 3.054/97

REUNIÃO ORDINÁRIA – 03/03/2026

Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na Casa dos Conselhos, sito à Rua dos Metalúrgicos, nº 77 - Centro, reuniram-se os membros: a Sra. Isabel Cristina Silva Bitencourt; as Sras. Paula dos Reis Inácio de Souza e Patrícia Pimentel Lopes Coutinho Novaes - Representantes da Entidades Civis Organizadas (Associação dos Produtos Agrícolas de Cruzeiro); as Sras. Lisabete Bitteti de Castro Simões Silva e Rafaela Pereira Moraes – Representantes da Nutrição da Secretaria Municipal de Educação de Cruzeiro; a Sra. Jéssica Lopes Novaes Batista de Paula – Representante de Pais de aluno e a Sra. Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa – Secretaria Administrativa dos Conselhos da Educação. A presidente iniciou a reunião apresentando novamente o checklist utilizado nas visitas e acompanhamentos das unidades escolares. Informou ainda que a Secretaria Municipal de Educação – SEMEC conta agora com uma nova diretora do núcleo do DEGESP (Departamento de Gestão e Supervisão Pedagógica), a qual demonstrou grande interesse pelos Conselhos da Educação. Diante disso, a presidente informou que a mesma foi convidada para participar da próxima reunião do CAE. Na sequência, a presidente relatou a situação observada na Creche Dom Bosco, mencionando que compreende o formato da construção da unidade, porém destacou que a cozinha ainda não foi finalizada. Informou que foi construída uma cozinha menor, mas a obra não foi concluída, o que tem causado dificuldades no atendimento às crianças. Ressaltou também que as refeições estão sendo realizadas em um espaço muito pequeno, havendo inclusive crianças que estão se alimentando dentro das salas de aula. Outro ponto preocupante destacado foi o fato de o cilindro de gás estar encostado na parede externa, próximo ao local onde as crianças realizam as refeições, situação considerada preocupante, reforçando que a Secretaria de Educação precisa tomar as devidas providências, uma vez que tal situação já não compete mais à S.H.A.. Dando continuidade, relatou ter observado que o porcionamento da alimentação escolar está muito diferente entre algumas unidades. Segundo ela, em determinada creche as porções estão maiores do que em uma escola onde as crianças são maiores, o que demonstra a necessidade de uma observação mais criteriosa sobre essa questão. A presidente acrescentou que orientou a cozinheira de uma creche a pesar diariamente as sobras de alimentos, a fim de verificar a quantidade que está sendo descartada, ressaltando que o excesso de sobra não é adequado. Prosseguindo com a reunião, a Sra. Rafaela informou que a S.H.A. está com uma nova coordenadora, Sra. Roberta, a qual irá verificar a questão do porcionamento nas escolas. Informou ainda que já estão sendo realizadas nas unidades escolares atividades de Educação Alimentar e Nutricional – EAN, com o objetivo de conscientizar os alunos sobre a importância do consumo de alimentos especificamente peixe e ovo na alimentação diária. Em seguida, a conselheira Paula fez uso da palavra e relatou que realizou uma pesquisa sobre a prestação de contas do CAE e observou que o assunto parece estar esquecido pelo FNDE. Destacou que este problema é geral para todos os municípios do Brasil, conforme nota técnica nº5/2025, documento do Observatório da Alimentação Escolar (OAE) elaborado sob coordenação da FIAN Brasil e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) em

colaboração com o Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar, sobre a ausência de informações e condições de monitoramento e controle social durante um período de transição dos sistemas de prestação de contas que já se estende por quase três anos. Ressaltou também a importância da produção periódica de relatórios para informar ao Ministério Público, sobre as dificuldades encontradas pelo CAE, nas suas diferentes áreas de atuação, bem como, na observação das estruturas das cozinhas e refeitórios das escolas, a fim de que o Conselho esteja devidamente respaldado, destacando que não se trata de denúncia, mas sim de uma parceria e aproximação com o Ministério Público. A conselheira acrescentou que acredita que ainda há tempo hábil para a elaboração desse documento. Retomou o assunto tratado na reunião anterior sobre a obrigatoriedade da Prefeitura de Cruzeiro, realizar a arrecadação do FUNRURAL quando da compra dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. Na sequência, a Sra. Patrícia relatou a dificuldade enfrentada na entrega de mercadorias na E.M. João Pires de Lima. Segundo ela, a unidade não possui campainha, sendo necessário bater diversas vezes no portão e, na maioria das vezes, aguardar cerca de vinte minutos até que alguém atenda. Informou que essa situação ocorre frequentemente quando a agricultura familiar realiza as entregas, causando transtornos, encerrando assim sua fala. Por fim, a presidente informou que irá atender às solicitações apresentadas na medida do possível e questionou os conselheiros presentes se alguém gostaria de acrescentar mais algum assunto. Não havendo novas manifestações, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Nada mais a declarar, eu, Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa, Secretária Administrativa dos Conselhos da Educação lavrei a presente Ata que uma vez lida será assinada por mim.

Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa
Secretária Adm. dos Conselhos da Educação

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Lei N° 3.054/97

REUNIÃO ORDINÁRIA – 07/04/2026

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na Casa dos Conselhos, sito à Rua dos Metalúrgicos, nº 77 - Centro, reuniram-se os membros: a Sra. Isabel Cristina Silva Bitencourt – Presidente e Representante das entidades trabalhadoras da educação e de discentes e docentes; o Sr. Paulo Sérgio Moreira – Vice presidente e Representante das entidades trabalhadoras da educação e de discentes e docentes e a Sra. Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa – Secretaria Administrativa dos Conselhos da Educação. A Presidente iniciou a reunião destacando a dificuldade de comparecimento dos conselheiros às reuniões, em razão de diversos fatores, inclusive das mudanças decorrentes do recente concurso público. Informou que avaliará a disponibilidade de novos membros, conforme viabilidade, ressaltando que, embora o Conselho não esteja funcionando em sua plenitude, as atividades seguem em andamento. A Presidente enfatizou a necessidade de intensificar o número de visitas às unidades escolares. No que se refere à chamada pública, destacou a importância da presença da nutricionista da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), registrando sua ausência na presente reunião por motivos de intercorrência em escola. Manifestou, ainda, preocupação quanto à próxima eleição para a presidência do Conselho, tendo em vista a baixa participação dos membros, o que dificulta a definição de futuros dirigentes. Reforçou que já foi orientado, por diversas vezes, às equipes gestoras das escolas quanto à necessidade de ampla divulgação das reuniões junto aos professores e pais, especialmente durante os encontros de pais e mestres. Ressaltou que, apesar de as reuniões serem bimestrais, essa divulgação não está ocorrendo de forma adequada. Em relação ao FUNRURAL, informou que já foram tomadas as providências solicitadas pela conselheira Sra. Paula, determinando à funcionária da SEMEC responsável pelos conselhos que entrasse em contato com a mesma para alinhamento das questões pertinentes. Solicitou, também, à Secretária Administrativa que verificasse junto à Sra. Ana Teresa se o referido contato foi efetivamente realizado. Na sequência, o Sr. Paulo fez uso da palavra, questionando a entrega de mercadorias em vésperas de feriados prolongados, apontando a ocorrência de desperdícios, uma vez que os produtos permanecem armazenados em locais que ficam fechados por vários dias, a presidente irá alinhar com a nutricionista. Por fim, a Presidente encerrou a reunião abordando a eleição para a presidência da Casa dos Conselhos, mencionando como pré-candidatos os Srs. Sebastião Ferraz, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (COMUS), e Rogério Silvério, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Informou que a eleição ocorrerá no dia 06 de maio de 2026. Nada mais a declarar, eu, Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa, Secretária Administrativa dos Conselhos da Educação lavrei a presente a Ata que uma vez lida será assinada por mim.

Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa
Secretária Adm. dos Conselhos da Educação

conselhoeducacaocrz@gmail.com
CASA DOS CONSELHOS
RUA DOS METALÚRGICOS, 77
CRUZEIRO - SP
3144-7810

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Lei Nº 3.054/97

REUNIÃO ORDINÁRIA – 05/05/2026

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na Casa dos Conselhos, sito à Rua dos Metalúrgicos, nº 77 - Centro, reuniram-se os membros: a Sra. Isabel Cristina Silva Bitencourt - Representante das entidades trabalhadoras da educação e de discentes e docentes; as Sras. Paula dos Reis Inácio de Souza e Patrícia Pimentel Lopes Coutinho Novaes - Representantes da Entidades Civis Organizadas (Associação dos Produtos Agrícolas de Cruzeiro); a Sra. Rafaela Pereira Moraes – Representantes da Nutrição da Secretaria Municipal de Educação de Cruzeiro; a Sra. Jéssica Lopes Novaes Batista de Paula – Representante de Pai de aluno; a Sra. Ana Teresa de Oliveira e a Sra. Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa – Secretaria Administrativa dos Conselhos da Educação. A presidente iniciou a reunião relatando que diversas pessoas a procuraram para informar que a carne moída entregue às unidades escolares estaria apresentando cheiro desagradável. Informou ainda que, em relação aos produtos hortifrúti, havia recebido informações de que as entregas estavam ocorrendo adequadamente, porém sugeriu maior atenção em períodos de feriados prolongados, especialmente quanto ao tipo e à quantidade de mercadorias entregues, a fim de evitar desperdícios ocasionados pelo armazenamento por muitos dias. Na sequência, comentou que tem observado excessivo remanejamento de funcionários entre as unidades escolares, citando situações em que profissionais são retirados de escolas grandes e direcionados para escolas menores, e vice-versa. Ressaltou que, embora não tenham sido formalizadas reclamações, a situação vem sendo percebida com frequência. Como sugestão, destacou a importância da disponibilização de mais funcionários volantes divididos por zonas, visando atender imprevistos e suprir necessidades emergenciais. A presidente também informou que a eleição para a presidência da Casa dos Conselhos ocorrerá no dia seguinte. Demonstrou preocupação em relação à futura eleição para a presidência do CAE, destacando a grande defasagem na participação dos representantes de pai, ressaltando que estes deveriam estar mais engajados e "abraçar" a causa, o que, segundo ela, não vem ocorrendo. Por fim, solicitou que fosse formalizado o ofício referente ao FUNRURAL. A Sra. Rafaela relatou que também recebeu reclamações relacionadas à carne moída, especialmente quanto ao cheiro inadequado e ao excesso de gordura. Diante disso, solicitou à nutricionista Juliana o envio de e-mail à empresa S.H.A., requerendo a mudança da marca e melhoria da qualidade do produto. Informou ainda que já foi iniciado nas escolas o projeto de Educação Alimentar e Nutricional – EAN e ressaltou que, diferentemente do que havia sido mencionado anteriormente pela presidente, ainda existem problemas relacionados ao hortifrúti, embora as situações já estejam sendo solucionadas. A Sra. Ana Teresa informou que está sendo realizada fiscalização rigorosa em relação à empresa S.H.A. Relatou também que ainda não conseguiu encaminhar a questão do FUNRURAL ao setor de finanças, em razão das diversas dúvidas existentes acerca da responsabilidade pelo processo e sobre a forma correta de operacionalização. Explicou que, dentro da estrutura administrativa, seria necessária a existência de uma conta elemento específica, a qual atualmente não existe, tornando o procedimento ainda desconhecido. Informou, contudo, que já se colocou à disposição para

realizar visita técnica ao município de Piquete, mediante autorização da Secretária Municipal de Educação, com o objetivo de conhecer o funcionamento do sistema naquele município. A Sra. Jéssica manifestou apoio à iniciativa, afirmando que no município citado o sistema funciona de forma adequada. Em seguida, a Sra. Paula colocou-se à disposição para encaminhar à Sra. Ana Teresa uma cartilha explicativa sobre os procedimentos para realização do pagamento do FUNRURAL. Explicou ainda que associações não podem realizar vendas diretamente, enquanto as cooperativas possuem autorização para emissão de nota fiscal, sendo o recolhimento realizado por intermédio delas. Finalizou dizendo estar muito satisfeita em participar do CAE, embora demonstre preocupação com as mudanças que ocorrerão futuramente. Não havendo novas manifestações, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Nada mais a declarar, eu, Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa, Secretária Administrativa dos Conselhos da Educação lavrei a presente a Ata que uma vez lida será assinada por mim.

Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa
Secretária Adm. dos Conselhos da Educação